



01 DE JULHO DE 2015

Quarta-feira

- MINISTÉRIO DO TRABALHO PERDE ESTRUTURA E RELEVÂNCIA
- O DESAFIO DA CREDIBILIDADE
- BRASIL E EUA FAZEM ACORDO SOBRE ENERGIA RENOVÁVEL
- METALÚRGICOS DA MITSUBISHI DEVEM ENTRAR EM GREVE NESTA QUARTA
- MIL CONCESSIONÁRIAS DEVEM FECHAR AS PORTAS ESTE ANO
- HONDA CR-V LINHA 2015 DESEMBARCA NO BRASIL EM JULHO
- PEUGEOT ANUNCIA NOVO DIRETOR COMERCIAL NO BRASIL
- POLO DO VALE DO AÇO VIVE SUA MAIOR CRISE
- AÇÃO DA GERDAU RETROAGE DEZ ANOS
- USIMINAS FAZ CORTE DE CUSTOS E APERAM RECORRE À EXPORTAÇÃO
- A USINA E O PORTO DO PECÉM
- MINÉRIO DE FERRO E FUTUROS DO AÇO CAEM NA CHINA APESAR DE MEDIDAS DO GOVERNO
- LEI DEFASADA ONERA A MINERAÇÃO
- MONTADORAS DE CARROS TÊM SEMESTRE DE CINCO MESES
- INADIMPLÊNCIA DAS EMPRESAS SOBE 10,4% EM MAIO, DIZ SERASA
- PESSIMISMO CONTAMINA E JÁ PIORA PREVISÕES PARA 2016
- INDÚSTRIA COBIÇA INVESTIMENTO DE US\$ 23 BI DA PETROBRAS
- INDÚSTRIA VIRA SEMESTRE SEM PERSPECTIVAS DE RECUPERAÇÃO, SINALIZA FGV
- VENDAS DE CARROS CAEM 6,5% EM JUNHO
- CÂMARA APROVA URGÊNCIA PARA PROJETO QUE ALTERA REGRA DE CORREÇÃO DO FGTS

- ALCOA VAI FECHAR FÁBRICA DE ALUMÍNIO EM POÇOS DE CALDAS
- ALTA DA TARIFA DA ELETROPAULO CHEGA A 75%
- POR 5 VOTOS, REDUÇÃO DA IDADE PENAL PARA CRIMES GRAVES É REJEITADA NA CÂMARA
- VOLKSWAGEN COLOCA MAIS 2,3 MIL FUNCIONÁRIOS EM LAY-OFF NO ABC
- PMIs DE INDÚSTRIA E SERVIÇOS DA CHINA ALIMENTAM ESPERANÇAS DE EQUILÍBRIO DA ECONOMIA
- ESOCIAL PASSARÁ A SER OBRIGATÓRIO PARA ALGUNS EMPREGADORES
- PUBLICADO CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DO ESOCIAL

CÂMBIO EM 01/07/2015		
	Compra	Venda
Dólar	3,125	3,126
Euro	3,463	3,464

Fonte: BACEN

Ministério do Trabalho perde estrutura e relevância

01/07/2015 - Fonte: O Globo

Criado em 1930 por Getúlio Vargas, o Ministério do Trabalho perdeu importância política, juntamente com funcionários e prédios. Atualmente, há 2.600 auditores fiscais — o menor número em 20 anos — e um déficit de mil vagas a preencher.

As sedes das superintendências do Distrito Federal, de Sergipe, do Rio Grande do Norte, da Bahia, do Pará e do Acre estão interditadas por problemas de infiltrações, rachaduras e instalações elétricas precárias. No Pará, além de Belém, as unidades de Marabá e Santarém também estão fechadas.

Estas são as condições da pasta responsável pelas políticas de trabalho num país que tem mais de 95 milhões de ocupados e no qual cinco milhões sofrem acidente de trabalho em um ano.

O ministério, nas mãos do PDT, esteve à margem da discussão sobre as medidas provisórias que restringiram o acesso ao seguro-desemprego e ao abono salarial, terceirização e regulamentação do emprego doméstico.

O QUADRO DO SUCATEAMENTO

FALTAM FISCAIS PARA ATENDER ÀS METAS FIXADAS PELO PRÓPRIO MINISTÉRIO

METAS PARA 2014

	Metas (ações fiscais)	Percentual de cumprimento da meta
Fiscalização de obrigações trabalhistas e FGTS	315.500	80%
Fiscalização do trabalho no campo	16.000	70%
Inserção de aprendizes	200.000	83%
Inserção de pessoas com deficiência	42.500	100,2%
Inspeção de segurança e saúde do trabalho	130.000	94%
Fiscalização para erradicação do trabalho escravo	250	96%
Fiscalização para erradicação do trabalho infantil	7.000	140%
Análise de acidentes de trabalho graves e fatais	3.000	73%

Fonte: Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

SEM FISCAIS DO TRABALHO

1.034

Vagas a serem preenchidas

1.377

Auditores voltados para fiscalização de obrigações trabalhistas

7

Assistentes sociais do trabalho

236

Engenheiros de segurança do trabalho

886

Multidisciplinares

104

Médicos do trabalho

Editoria de Arte

— Na sede do Acre, o teto caiu em cima de pessoas de um setor. No Rio Grande do Norte, uma parte do teto do setor de plantão caiu no ano passado. É uma situação de calamidade mesmo— afirmou a presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, Rosa Campos Jorge.

O sucateamento não para nas instalações, há dificuldade para emitir carteira de trabalho e requerer seguro-desemprego.

— É preciso atender aos sistemas do seguro-desemprego, da carteira de trabalho, da Caixa (FGTS) e dos auditores. Quando todos funcionam ao mesmo tempo, o sistema cai. Há servidores no Rio Grande do Norte que fizeram uma vaquinha para contratar internet mais potente e poder trabalhar — afirma Rosa.

Quem atua diretamente com o ministério é unânime em constatar a perda de protagonismo da pasta, que já teve João Goulart e Jarbas Passarinho como ministros. A interlocução das centrais sindicais tem sido com a Casa Civil ou com a Secretaria-Geral da Presidência.

— O movimento sindical está vendo esse esvaziamento político há algum tempo. Os concursos demoram a acontecer e não há participação nas decisões políticas. Um ministério que era tão importante quanto o da Fazenda... É preocupante a pouca atenção que está sendo dada ao ministério — afirma Miguel Torres, presidente da Força Sindical.

A falta de pessoal não é só na fiscalização. Das 424 agências do ministério no país, 50 estão fechadas por falta de pessoal. Das metas fixados pelo ministério, as de combate ao trabalho escravo e contra a informalidade não foram alcançadas.

— Eram nove grupos móveis de trabalho escravo, agora são só quatro. Não há fiscalização sem fiscais. O último concurso foi feito em 2013 para cem fiscais e não supriu nem as vagas deixadas por quem se aposentou. E temos 500 auditores prontos para se aposentar — reclama Rosa.

Gasolina sai do bolso do fiscal

O delegado sindical Juscelino Durgo, que fica em Porto Velho, trabalha em salas emprestadas pelo Ministério Público do Trabalho. A sede da superintendência está interdita. São 37 fiscais para dar conta de grandes obras na região. Já morreram 35

trabalhadores desde 2010, segundo a superintendência, em projetos que reuniram cerca de 40 mil trabalhadores no ápice:

— Quando chegamos o acidente já aconteceu.

A unidade de Pelotas foi interdita há dois anos.

— Para fiscalizar empresas, fundições, canteiros de obras de grande porte, usamos carro próprio. Recebemos R\$ 17 por dia pelo uso do carro como um aluguel, a gasolina é por nossa conta — afirma o auditor fiscal Luiz Alfredo Scienza, engenheiro de segurança no Rio Grande do Sul.

Na área de segurança e saúde, há 340 fiscais, apenas 13% do quadro. No Brasil, mais de 15 mil pessoas adoeceram trabalhando em 2013. O sindicato já fez duas denúncias à Organização Internacional do Trabalho (OIT) pelo sucateamento da estrutura de fiscalização no ano passado.

Para Germano Siqueira, presidente da Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho (Anamatra), há claro enfraquecimento da pasta, o que pode aumentar as ações trabalhistas:

— Há uma desestruturação do quadro de auditores. O papel do auditor fiscal também é o de orientar. Quanto menos isso ocorre, mais a quantidade de descumprimento da legislação se potencializa.

O esvaziamento do Ministério do Trabalho começou em meados da última década. Segundo fontes da Esplanada, na gestão da presidente Dilma Rousseff, houve ação deliberada do Planalto em reduzir a importância política da pasta, que teve as atribuições restritas à divulgação dos dados do emprego formal (Caged) e da concessão de registros sindicais.

O desafio da credibilidade

01/07/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

Reduzir o teto da meta de inflação, como fez o Conselho Monetário Nacional na semana passada, é um sinal positivo, mas para o Banco Central é mais importante entregar bons resultados que fazer promessas

Na quinta-feira, dia 25 de junho, o Conselho Monetário Nacional definiu a primeira mudança nas metas de inflação desde 2006. Naquele ano, ficou decidido que o centro da meta seria de 4,5% ao ano, com tolerância de dois pontos percentuais para cima e para baixo.

Na revisão da semana passada, os 4,5% ficaram intocados – o que mudou foi o intervalo, que passa a ser de 1,5 ponto percentual, ou seja: o piso da meta, que era de 2,5%, será de 3%; e o teto, que era de 6,5%, cai para 6%. A nova meta valerá a partir de 2017.

Nem todos os países adotam metas de inflação. Mas, dentre as nações que usam o sistema, um breve levantamento mostra que a meta de 4,5% adotada pelo Brasil desde 2005 é alta se comparada tanto ao mundo desenvolvido (o centro da meta é de 2% no Canadá, na Suécia, no Reino Unido, na Nova Zelândia e nos Estados Unidos; na Noruega, é de 2,5%; na Suíça e na zona do euro, o teto da meta é de 2%; a Austrália não tem centro da meta, mas a inflação precisa ficar entre 2% e 3%) quanto em relação aos vizinhos latino-americanos: o Peru coloca o centro da meta em 2%; Chile, Colômbia e México adotam 3%.

Ou seja, o Brasil ainda demonstra uma tolerância à inflação maior que em economias fortes ou emergentes que, em vários aspectos, deveriam ser uma inspiração para nossa própria política econômica.

Neste sentido, a redução do teto da meta pode ser encarada como um sinal positivo, embora ainda muito tímido, especialmente se levarmos em conta que são sempre os mais pobres as grandes vítimas da inflação, por terem pouquíssimos meios de se defender dela.

A inflação desorganiza o sistema de preços e corrói o poder de compra do trabalhador. Não há como uma sociedade ver seu dinheiro se desvalorizar em quase 5% ano após ano e considerar esse fenômeno perfeitamente normal, ou mesmo tolerável.

O próprio Brasil já teve metas menores de inflação: em junho de 2001, o CMN decidiu que, para 2003, o centro da meta seria de 3,25%, mas o objetivo teve vida curta: ainda antes de 2003 começar, o alvo já tinha sido elevado para 4%.

Não há como uma sociedade ver seu dinheiro se desvalorizar em quase 5% ano após ano e considerar esse fenômeno perfeitamente normal.

Não surpreende que haja quem encare a decisão do Conselho Monetário Nacional com uma ponta de ceticismo. Afinal, a redução no teto da meta vem em um momento no qual a política econômica tem se mostrado incapaz de conter a inflação – cuja disparada é motivada especialmente por erros do governo, que represou artificialmente preços administrados em época eleitoral e impôs reduções insustentáveis nas tarifas de energia elétrica.

O resultado é o aumento generalizado de preços desde o início de 2015, pois muitos dos preços reajustados, como o da própria energia, geram um efeito cascata que repercute em vários outros produtos e serviços.

Aliás, desde 2010 o IPCA tem estado mais próximo do teto da meta que de seu centro, tendo superado os 6% em 2011 e no ano passado.

E aqui reside o grande desafio do Banco Central: o de, em tempos turbulentos como os que estamos vivendo, construir credibilidade para que os novos limites da meta de inflação não se tornem letra morta. E, para isso, entregar resultados é muito mais importante que fazer promessas ou manifestar boas intenções.

Que o diga o ex-ministro da Fazenda Guido Mantega, motivo de piada internacional a cada previsão que fazia para o desempenho da economia brasileira. Incapaz de fazer prognósticos precisos sobre o PIB do ano, Mantega ainda teve a audácia de lançar previsões de longo prazo, quando em dezembro de 2013 disse que o Brasil cresceria a uma média de 4% ao ano até 2024.

Quando isso ocorre, as risadas são o de menos: muito pior é o risco para a credibilidade do país que tem alguém deste naipe no comando da economia. Que o Banco Central veja neste caso o exemplo do que não fazer e tenha sucesso no combate à inflação presente, ganhando moral para a tolerância zero para com a inflação futura

Brasil e EUA fazem acordo sobre energia renovável

01/07/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

Brasil e Estados Unidos prometeram ontem aumentar a participação da energia renovável de fontes não hidrelétricas em suas matrizes energéticas para 20% até 2030. O anúncio

foi feito durante encontro da presidente Dilma Rousseff com o presidente Barack Obama, na Casa Branca. O conselheiro da Casa Branca Brian Deese disse que a meta vai exigir que os EUA tripliquem sua parcela de renováveis até 2030 e que o Brasil a duplique.

O Brasil ainda não apresentou sua estratégia sobre mudanças climáticas para a ONU antes da reunião sobre o tema em Paris, marcada para dezembro. O país também prometeu reflorestar 12 milhões de hectares de florestas até 2030

Metalúrgicos da Mitsubishi devem entrar em greve nesta quarta

01/07/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

Metalúrgicos da Mitsubishi em Catalão (GO) devem entrar em greve a partir desta quarta-feira, 01, em protesto contra demissões na fábrica. Segundo o Sindicato dos Metalúrgicos da cidade, a paralisação foi aprovada pelos trabalhadores em assembleia geral em reação ao anúncio feito pela montadora, na sexta-feira, de que pretende demitir 403 funcionários, cerca de 15% do efetivo total da unidade. Só entre segunda-feira, 29, e esta terça-feira, 30, a entidade diz que 180 trabalhadores já foram dispensados.

O objetivo da greve, destaca o presidente do sindicato, Carlos Albino, é impedir novos cortes e pressionar a montadora pela reintegração dos demitidos. De acordo com o sindicato, além dos metalúrgicos que foram mandados embora por decisão da empresa, outros 29 funcionários aderiram a um Programa de Demissão Voluntária (PDV) aberto pela companhia entre quarta e sexta-feira da semana passada. Pelo plano, além das verbas rescisórias previstas pela legislação trabalhista, os trabalhadores deverão receber mil reais extras.

O sindicato ressalta que, em reuniões com a direção da Mitsubishi, já tentou negociar diversas alternativas às demissões. A entidade diz que sugeriu lay-off (suspensão temporária dos contratos), day-off (dias de folga), férias coletivas de 30 dias, antecipação da data-base e até redução da carga horária de trabalho com redução proporcional dos salários, mas não houve acordo. Segundo o sindicato, se a greve não acabar até a próxima segunda-feira as férias coletivas previstas de 6 a 15 de julho terão de ser suspensas.

A Mitsubishi não confirmou os números de demissões divulgados pelo sindicato. Por meio de sua assessoria de imprensa, a montadora ressaltou que ainda não há um dado exato de quantas vagas serão cortadas na fábrica de Catalão, pois as negociações com o sindicato ainda estão acontecendo e devem seguir pelas próximas semanas. A empresa declarou também que está "fazendo o máximo possível" para preservar o maior número de postos na unidade.

Acampamento

O sindicato informou que os trabalhadores vão montar acampamento na porta da fábrica já a partir da noite desta terça-feira e que uma nova assembleia será realizada no início da manhã de quarta-feira.

Da fábrica, a ideia é seguir em passeata até o centro de Catalão, juntamente com metalúrgicos de outras montadoras que também estão sendo convocados para o ato. Amanhã à tarde, está prevista uma reunião entre representantes da empresa, Justiça do Trabalho e Ministério Público do Trabalho.

Em Catalão, a Mitsubishi produz os modelos Lancer, ASX, L 200 Triton e Pajero, além de fazer o processo final de nacionalização do Outlander. Na fábrica, também é fabricado o Jimmy e finalizado o Vitara, da Suzuki - modelos que voltaram a ser totalmente produzidos em Catalão após o fechamento, em maio, da fábrica da Suzuki em Itumbiara

(GO), a cerca de 200 quilômetros da unidade da Mitsubishi. Conforme o sindicato, atualmente são produzidos entre 100 e 120 carros, em média, por dia em Catalão.

Sexta greve

Caso a paralisação na Mitsubishi se confirme, será a sexta greve deflagrada por metalúrgicos de montadoras no Brasil só este ano. Em maio, trabalhadores da Volvo em Curitiba (PR) paralisaram por quase um mês.

Em abril, funcionários da Chery em Jacareí (SP) também cruzaram os braços por mais de um mês, por melhores salários e condições de trabalho. Além disso, metalúrgicos da GM em São José dos Campos (SP) e da Volkswagen e da Mercedes-Benz em São Bernardo do Campo (SP) também entraram em greve entre janeiro e fevereiro.

Mil concessionárias devem fechar as portas este ano

01/07/2015 - Fonte: Automotive Business



Pressionadas pela crise econômica que afeta diretamente a indústria automobilística, mil lojas de concessionárias devem fechar as portas este ano – o equivalente a 12% das 8.300 casas dedicadas à comercialização de veículos novos que existiam no País em janeiro.

A previsão é de Marcelo Viana, diretor da MVC Finanças, consultoria empresarial voltada para estratégia corporativa e de mercado e especializada no segmento de distribuição de veículos.

Profissional experiente no ramo, com atuação na diretoria executiva e financeira de grupos como Itavema, Vigorito e Viamar, ele abriu recentemente as portas da MVC com a proposta de reestruturar e racionalizar processos, rever estruturas organizacionais e modelos de gestão, com a implementação de indicadores de performance.

“O setor de distribuição enfrenta dificuldades há muitos anos, mas agora a situação se agravou, piorando muito mais do que seria razoável suportar. Poucos grupos se prepararam adequadamente para suportar a enorme queda na demanda e na rentabilidade dos negócios”, alerta.

Ele lembra que empresários tradicionais no segmento mantiveram de pé operações concebidas para a comercialização de centenas de veículos por mês, enquanto a ociosidade avançava para 70%. “São estruturas enormes, com um custo fixo insuportável”, aponta.

Viana destaca que o comprador de carros médios e grandes já sabe o carro que vai adquirir ao chegar à concessionária, graças à informação disponível na Internet. O mesmo não ocorre com o cliente de veículos de entrada, para os quais a escolha dependerá bastante do valor proposto.

“O momento é muito digital. Mas relacionamento e calor humano precisam ser resgatados por muitas marcas”. Para ele, faltam produtos inovadores no mercado. “Quando surge um SUV surpreendente como o H-RV, da Honda, forma-se uma fila de três meses para entrega do carro, mesmo em época de baixa nas vendas”, assegura.

O diretor da MVC propõe um choque de gestão para as concessionárias que pretendem superar o momento difícil e voltar a crescer no médio prazo. “Mas é preciso implementar estratégias acertadas, evitando o corte indiscriminado de infraestrutura e pessoal.

Revendas que estão dispensando profissionais para depois contratar pela metade do salário podem ter surpresas desagradáveis, que serão refletidas na perda de identidade de gestão e governança. É preciso impor controles eficientes para tomada de decisão, com pessoal qualificado”, comenta.

Na contramão do mercado, alguns grupos estão avançando em participação nas vendas. “Trata-se de empresários que fizeram a lição de casa no passado e hoje estão bem estruturados para enfrentar dificuldades e crescer, consolidando negócios interessantes, já que o valor da maioria das concessionárias está em baixa”, afirma Viana. “Mais do que nunca é hora de repensar o modelo de negócio e promover uma reengenharia”, finaliza.

Honda CR-V linha 2015 desembarca no Brasil em julho

01/07/2015 - Fonte: Automotive Business



A partir de julho chega às concessionárias Honda a linha 2015 do CR-V, que ganhou mudanças no visual, além de novos equipamentos. O SUV, disponível na versão EXL, continua disponível com tração 4x4, câmbio automático de cinco velocidades e motor 2.0 SOHC i-VTEC flex, com sistema FlexOne, que dispensa o uso do tanquinho auxiliar de gasolina para partida a frio. Importado do México, o preço sugerido é de R\$ 134,9 mil.

Por fora, o CR-V 2015 mostra nova cara com o conceito Solid Wing Face, cuja grade frontal é do tipo colmeia com detalhes cromados. Ainda na dianteira, o novo conjunto ótico traz luzes de navegação diurna em LED com novo formato, bem como os faróis de neblina em formato retangular envoltos em detalhes cromados, além do para-choque, também redesenhado.

Na traseira, o novo para-choque inclui um friso cromado que contorna a parte inferior do vidro e avança sobre as lanternas. Rodas de 17 polegadas completam o visual esportivo.

Em seu interior o SUV ganhou itens que reforçam sua sofisticação: o painel conta com novos materiais de textura suave ao toque, novos acabamentos e mais detalhes cromados.

O console central foi totalmente renovado e maior. Novos equipamentos, como botão de partida Start/Stop e abertura da porta do motorista por aproximação (Smart Entry) são novidades na linha 2015. Traz ainda luz indicadora de direção nos espelhos retrovisores e retrovisor externo com função Tilt Down, que ajusta para baixo o espelho do passageiro

quando engatada a marcha à ré. O teto solar elétrico e sensor de chuva completam o visual interno.

O veículo conta também com nova central multimídia equipada com tela sensível ao toque de 7 polegadas, com GPS integrado que traz informações de trânsito por meio de radiofrequência (sem a necessidade de conexão com a internet), inicialmente com monitoramento das cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e Belo Horizonte.

Permite também a conexão wi-fi com o uso do browser acesso à internet – quando o veículo não estiver em movimento, além de conexão Bluetooth, entrada HDMI, duas entradas USB, CD player e entrada auxiliar.

A central serve ainda como ferramenta de reprodução de imagem da câmera de ré, com três modos de visão (normal, com campo ampliado e de cima para baixo), incluindo a função de guia dinâmica, na qual a linha de guia acompanha a rotação do volante.

No quesito segurança, o CR-V oferece controle de tração e estabilidade VSA (Vehicle Stability Assist) e o sistema de direção MA-EPS (Motion Adaptive Electric Power Steering), que interpreta o movimento do motorista, favorecendo ou enrijecendo o esterço da direção quando o carro começa a sair da trajetória em uma curva, auxiliando na retomada do controle do veículo.

O modelo é equipado também com o HSA (Hill Start Assist), assistente de partida em rampa, que mantém o veículo freado por alguns segundos para auxiliar a saída em subida, e volta ter o freio de estacionamento no pedal esquerdo, em substituição à alavanca de mão, possibilitando que o novo console central seja modular.

O airbag frontal é completo com as versões laterais e de cortina para motorista e passageiro da frente.

Peugeot anuncia novo diretor comercial no Brasil

01/07/2015 - Fonte: Automotive Business



A Peugeot tem novo diretor comercial no Brasil: Domingos Boragina assume o cargo no lugar de Abelardo Pinto, que esteve à frente do departamento nos últimos dois anos. Com mais de 30 anos de experiência no mercado automotivo, Boragina ingressa na Peugeot após passar 15 anos atuando na parceira de grupo Citroën, onde foi diretor comercial em 1999 e, desde 2012, responsável pelo desenvolvimento da rede e pela implantação da nova imagem de marca.

“Tenho orgulho em integrar a equipe da Peugeot em um momento tão especial para a marca no Brasil. Com o reposicionamento de nossos produtos e a criação de uma nova rede, vamos oferecer aos clientes uma experiência única, que reúne produtos modernos, com uma ampla lista de equipamentos de série, e qualidade na prestação de serviços”, afirma Boragina.

Graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), o executivo tem pós-graduação em Marketing pela Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM), com extensão em Finanças na Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Atuante como profissional na indústria automotiva e sistema financeiro desde 1979, Boragina passou por diversas áreas como comércio, vendas corporativas, produtos financeiros, nomeação e desenvolvimento de rede de distribuição e relações com mercado, em passagem por empresas como França Ribeiro e Almeida Advogados Associados, Bosch/Wapsa, Volkswagen, Varig, Banco Bozano, Simonsen e Asia Motors.

Polo do vale do aço vive sua maior crise

01/07/2015 - Fonte: Valor Econômico

Um dos mais tradicionais polos de produção de aço do país amarga os efeitos de uma crise tripla. Os problemas recentes do chamado Vale do Aço, em Minas Gerais, começaram quando o grupo do empresário Eike Batista começou a fraquejar. A situação se agravou com a Operação Lava-Jato, envolvendo a Petrobras, e, em seguida, com o aprofundamento da retração da economia.

Empresas locais vêm cortando empregos e algumas já fecharam as portas. Investimentos foram engavetados, a arrecadação pública caiu e a companhia que sempre foi o motor da região, a Usiminas, põe a população em suspense.

O medo é que ela inicie uma temporada de demissões após desligar um de seus fornos na região e ter proposto redução de salário e de jornada para parte da sua mão de obra. Ipatinga, a "capital" do Vale do Aço, região que abrange quatro municípios no leste de Minas Gerais (ou mais, dependendo do critério), é a que mais sente o golpe.

A história da industrialização de Minas Gerais e do Brasil tem relação com a história da empresa na cidade. A Usiminas foi criada como parte do plano de desenvolvimento do presidente Juscelino Kubitschek. Mas coube a João Goulart, em 1962, ver o início das operações da siderúrgica.

Nos anos iniciais, a empresa não fez apenas aço, fez parte da própria cidade. Bairros inteiros, além de escolas, hospital, clubes, praças e outras obras têm assinatura da empresa. A siderúrgica tornou-se um ímã para uma variedade de empresas do setor metal mecânico, que prosperou junto com ela.

De símbolo de uma época, a Usiminas passou a ser a maior produtora de aço plano da América Latina, um tipo de produto usado por montadoras de automóveis e fabricantes de autopeças e também em obras de infraestrutura.

Só em Ipatinga, ela emprega cerca de 6 mil pessoas. A cadeia da Usiminas é a maior empregadora da cidade. No Brasil, só dela são 20 mil funcionários.

Na vizinha Timóteo, outra importante siderúrgica, a Aperam, maior produtora de aço inox da América Latina, com sede em Luxemburgo, também tenta absorver os efeitos da apatia da economia. A cerca de 70 km de Ipatinga, em João Monlevade, há uma usina de aço da ArcelorMittal.

A crise do setor chegou ao Vale do Aço de uma forma muito particular. Os empresários do setor metal mecânico, além de tradicionalmente atenderem a Usiminas e também a empresas de mineração, haviam diversificado seus clientes. Na década passada, investiram, treinaram mão de obra e começaram a produzir peças para a indústria naval.

A região foi a única de um Estado sem mar que a Petrobras selecionou como polo industrial para a cadeia da construção de navios. Ou outros estão no Rio Grande do Sul, Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro.

Embalados pelo entusiasmo com o pré-sal, os mineiros de Ipatinga passaram a fabricar blocos de navios e outras partes demandadas pela indústria do petróleo. Um dos novos e promissores clientes do Vale nesse setor foi o grupo do empresário Eike Batista.

"O ramo siderúrgico tinha entrado em estagnação e em 2008 começamos a trabalhar para o setor naval. Mesmo com os custos com transporte, ganhamos competitividade quando o governo de Minas reduziu a zero o nosso ICMS", lembra Flaviano Gaggiato, de 59 anos, diretor-presidente da Viga, uma das maiores empresas de metal mecânica do Vale do Aço, sediada em Santana do Paraíso.

A Viga acumulara experiência fabricando peças e fazendo serviços para a Usiminas desde os anos 70. Investiu cerca de R\$ 4 milhões para se ajustar e começar a fazer blocos de cascos de navio e outras partes e fez sucesso no novo ramo.

Entre seus clientes, os estaleiros Atlântico Sul, São Miguel, ETP e o OSX, este de Eike. Em 2011, ano de bonança, a Viga faturou cerca de R\$ 30 milhões → quase R\$ 12 milhões com a indústria naval. Tudo ia bem até que o grupo de Eike começou a desmoronar.

"No nosso pátio, temos ainda hoje 54 colunas de flotação que iriam para a OSX. Recebemos só uma parte do pagamento [a empresa Eriez foi que tratou o pedido com a Viga] e não concluímos o serviço". A pendência foi para a Justiça. Este ano, a Viga deve faturar de R\$ 12 milhões a R\$ 15 milhões. A parcela do setor naval dificilmente chegará a R\$ 3 milhões.

Assim como a Viga, outras empresas de Ipatinga também sentiram o rebote do grupo X. E quando imaginavam que outros estaleiros segurariam a demanda, veio a segunda onda: a operação Lava-Jato da Polícia Federal, que começou a desbaratar um mega esquema de propinas envolvendo grandes construtoras do país e a Petrobras.

"Desde outubro, diversos estaleiros deixam de pagar os fornecedores. Isso afetou a gente demais", diz Jeferson Coelho. Sócio-diretor da indústria mecânica Líder, empresa de Ipatinga, ele vendeu para estaleiros no Rio de Janeiro, Pernambuco, Bahia e Santa Catarina.

"A minha empresa abriu uma filial em Recife no ano passado e agora vamos encerrar as atividades lá", disse. O estaleiro local simplesmente deixou de pagar, diz ele. Coelho teve um papel de articulador do setor metal-mecânico do Vale e alimentou a ideia de as empresas entrarem em negócios alternativos e novos aos de Usiminas, Aperam e ArcelorMittal.

Essas empresas âncoras, com destaque para a Usiminas, continuaram, no entanto, sendo demandante de mão de obra, de serviços, peças etc. Mas com a indústria de carros enfrentando uma retração de mais 20%; e a de caminhões e ônibus, de 50%, e com uma economia que, segundo o Boletim Focus, deve encolher 1,45% este ano, a Usiminas diminuiu seu ritmo. Além do alto-forno de Ipatinga (do total de três) fechou outro em Cubatão (SP). Com produção menor, caiu a demanda por peças e serviços.

"O problema é que, de repente, mudou tudo", diz Luciano Araújo, coordenador regional da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg). "A região sempre dependeu muito da Usiminas. E quem não foi para a indústria naval e de petróleo a gás e continuou aqui com a siderurgia, enfrenta grande retração da demanda."

A mistura do fracasso da petroleira e do estaleiro de Eike com a Lava-Jato e a fraqueza da indústria do aço, mais a retração da economia do país, já provocou 1.500 demissões, ou 15% das vagas, no setor metal-mecânico no Vale do Aço, estima Jeferson Coelho, da Líder. A empresa cortou 30%. Já a Viga, quase 40% em um ano, restando 140 empregados. A Aço Vale, de Timóteo, cortou 30%, e está com 20.

Para uma região tradicionalmente rica e que esbanjou empregos nesse segmento, é uma guinada. De janeiro a maio, a prefeitura de Ipatinga arrecadou R\$ 61 milhões em ICMS, R\$ 8,5 milhões a menos do que o valor de igual período do ano passado.

Empresários do Vale do Aço se apegam à ideia de que a indústria naval e de óleo e gás se recuperará e que a região voltará a ficar aquecida. O atual presidente do sindicato das empresas metal mecânica da região (Sindimiva), Carlos Afonso de Carvalho, estuda com seus pares o mercado da agroindústria.

Outra opção à vista é o setor de energia elétrica. Mas poucos parecem apostar que a Usiminas volte a ser, no médio prazo, o motor acelerado que já foi da economia do Vale do Aço.

Ação da Gerdau retroage dez anos

01/07/2015 - Fonte: Valor Econômico

A siderurgia enfrentou primeiro a retração da demanda de aço plano por montadoras de automóveis e outros setores que demanda aços planos. Mas com investidores incluindo em suas contas também uma deterioração maior na área de construção, as perspectivas para aços longos foram cortadas.

Com isso, mais a concorrência de importados nos Estados Unidos, especialmente da Turquia, o preço da ação da Gerdau foi a níveis que não se via há quase uma década.

Ontem, os papéis preferenciais da gaúcha tiveram leve alta de 0,65%, para R\$ 7,75, mas na semana passada chegaram a R\$ 7,53 - desde outubro de 2005 a empresa não era tão mal avaliada na BM&FBovespa. Mesmo ao preço atual, o patamar é o mesmo observado há quase dez anos.

Rodolfo de Angele, analista do J.P. Morgan, lembra que os dois principais segmentos da produção de aço parecem ter "empatado" em termos de ambiente difícil. "O cenário no Brasil piora e para analistas a empresa já admitiu que as vendas no país podem cair dois dígitos neste ano", disse Victor Penna, do BB Investimentos.

Segundo o Instituto Aço Brasil, em janeiro as vendas de aço longo no mercado interno recuaram 7%, frente ao mesmo mês de 2014, enquanto as de aço plano caíram 9,7%. Em maio, as quedas já eram de 17,9%, no primeiro caso, e de 25,9% no segundo.

A Gerdau se manteve como preferida do setor principalmente por causa da operação na América do Norte, que responde por 33% de sua receita. O Brasil atendeu por 32% no primeiro trimestre. A demanda é melhor nos Estados Unidos e o câmbio, com real mais fraco, também favorece o balanço.

Mas de janeiro a março as vendas nos EUA caíram 4,1%, para 1,39 milhão de toneladas. Pouco tempo depois, Ivano Westin e Renan Criscio, do Credit Suisse, escreveram em relatório que esperam recuperação no segundo trimestre, principalmente devido a melhor demanda americana.

Penna, do BB, crê que a principal barreira para a Gerdau recuperar o desempenho nos EUA é a competição com os importados. A concorrência está mais acirrada, especialmente com a Turquia. "A empresa entrou com pedidos antidumping, mas até agora não obtiveram sucesso", diz. O produto turco responde por quase 30% do mercado de vergalhões nos EUA.

"O que devemos ver na América do Norte é uma recuperação de volumes", opina De Angele, do J.P. Morgan. "Dados da Nucor, concorrente da Gerdau, por exemplo, mostraram melhora na construção não residencial nos Estados Unidos", acrescenta. A rival é outra que reclama da competição com as estrangeiras, chamando o cenário atual nos EUA de "tsunami de importações de aço".

No Brasil, as perspectivas são piores. Além da fraca demanda do segmento residencial, a construção pesada, com parada de obras devido à operação Lava-Jato, pesa sobre a siderurgia. Na construção civil, a Gerdau ainda ganhava no chamado "mercado formiga", de menores clientes, mas para Penna, até essa demanda piorou.

Para segurar margens nesse ambiente, a companhia tenta cortar custos. "São muito importantes as medidas para reduzir despesas. A empresa tem que fazer de tudo para ter a melhor performance que conseguir naquilo que controla", opina o analista "Agora as siderúrgicas vão ter que fazer essa lição de casa. Se não houver esse esforço, as margens vão diminuir ainda mais", acrescenta Penna, do BB.

Os analistas acreditam na habilidade da Gerdau para seguir enxugando despesas. Angele e Penna mantiveram sua preferência pela ação da companhia, o BTG Pactual indica compra e Credit Suisse tem recomendação neutra. Parte da visão positiva se deve à queda mais acentuada. A ação PN da Gerdau caiu 18,2% em 2015, Usiminas PNA recuou 13,9% e CSN subiu 2,9%.

Usiminas faz corte de custos e Aperam recorre à exportação

01/07/2015 - Fonte: Valor Econômico

A Usiminas avalia que a economia só vai começar a dar sinais de aquecimento no segundo semestre de 2016. Até lá, o comando da empresa terá de tomar medidas para ajustar sua estrutura atual à demanda enfraquecida.

A siderúrgica já congelou uma série de investimentos. Há alguns dias, desligou dois alto-fornos, um deles (mais antigo, com menor capacidade que os outros dois) em Ipatinga e outro em Cubatão. Junto com isso, propôs mexer nos salários de cerca de 3 mil funcionários em Ipatinga, Belo Horizonte e Cubatão. A metade dos possíveis afetados seria de Ipatinga.

Para não ter de recorrer a demissões, a empresa decidiu impor semana de quatro dias para esse grupo (com funções majoritariamente administrativas) e reduzir seus salários em 14% a 16%.

A proposta, no entanto, enfrentou resistência de sindicalistas, o que atrasou a aprovação de assembleia dos trabalhadores para decidir a medida.

Em Ipatinga, a direção do sindicato disse que era mais uma tentativa para aproveitar a crise para achatar salários, reduzir custos e que todos estavam com medo de demissões.

Na semana passada, a proposta acabou aprovada. Ontem, a empresa informou que, para cortar custos, suas sedes, em Belo Horizonte, não vai funcionar às sextas-feiras por três meses.

Fontes da empresa dizem que a visão corrente na sua sede é que 2015 já é um ano perdido. E que não está nos planos desligar mais fornos. Mas isso, segundo as mesmas fontes, será um recurso a ser usado se a crise se agravar, podendo ocorrer demissões. O setor já cortou até agora mais de 11 mil postos de trabalho, segundo pesquisa do Instituto Aço Brasil.

A avaliação é que a siderurgia - e a economia de modo geral - voltará a andar para frente com uma retomada de investimentos em infraestrutura. O bilionário plano de concessões nessa área lançado pelo governo federal foi bem recebido pela direção da empresa.

A Aperam, de aço inox, diz estar ampliando exportações para compensar a fraqueza do mercado local.

"Focamos a produção para a exportação, aproveitando também a desvalorização do dólar", disse o presidente da Aperam South America, Frederico Ayres Lima.

Mas essa não é, segundo ele, "a estratégia ideal" no Brasil porque problemas de transporte no país comprometem os resultados para quem exporta. Isso sem contar no excesso de capacidade mundial de produção de aço.

A demanda no Brasil por um tipo de aço elétrico da empresa (grão não orientado) caiu, bem como dos setores automotivo, linha branca e outros.

"O sinal amarelo já acendeu para os próximos meses do ano, com uma demanda menor de diversos setores", disse o executivo. A usina em Timóteo tem capacidade para produzir 800 mil toneladas de produtos ao ano e de suas linhas saem mais de 25 tipos de aço.

Apesar das dificuldades, Lima diz que a empresa está mantendo investimentos programados para este ano. Quanto a demissões, o executivo deixa no ar eventuais mudanças.

" Não trabalhamos com previsão de programas de demissões no momento, porque temos confiança muito grande na capacidade de nossa equipe", disse o executivo Mas, em seguida alertou: "Essas são decisões que, evidentemente, dependerão do tempo e da intensidade em que a crise permanecer."

A usina e o porto do Pecém

01/07/2015 - Fonte: Portos e Navios

Privatizar a Ceará Portos ou mesmo transferi-la, por concessão de 30 anos, à gestão de grupo privado é quase impossível. Há um cliente - para ser preciso, o principal cliente - que, por enquanto, não vê com bons olhos essa possibilidade.

A Companhia Siderúrgica do Pecém, antes que se inicie o debate sobre a futura gestão do porto, quer que o Governo do Estado seja fiel ao contrato que com ela celebrou.

A menos de um ano do início da operação de sua usina, a CSP espera que o Estado lhe entregue o que prometeu:

os berços 7 e 8 em construção, 0,8 m³ de água por segundo, nova ponte de acesso ao porto, a correia que transportará o minério do cais à usina e os descarregadores.

Quando essa contrapartida for entregue, aí - e só aí - o alto forno da usina siderúrgica do Pecém será ligado.

Minério de ferro e futuros do aço caem na China apesar de medidas do governo

01/07/2015 - Fonte: Reuters

Os preços do minério de ferro no mercado à vista da China recuaram nesta segunda-feira e os contratos futuros do aço na bolsa de Xangai atingiram um novo recorde de baixa devido a uma demanda fraca e a um excesso de oferta, apesar de medidas do governo para minimizar a desaceleração da economia.

O banco central da China reduziu as taxas para tomada de empréstimo pela quarta vez desde novembro e cortou o volume de recursos que alguns bancos precisam manter em reserva.

O contrato mais negociado do vergalhão de aço na bolsa de Xangai caiu pelo terceiro dia, tocando 2.178 iuanes (350,76 dólares) por tonelada, menor nível desde que o contrato foi lançado, em 2009. Ele fechou a sessão com queda de 1,8 por cento.

"Vai demorar para que as medidas de afrouxamento monetário impulsionem a economia real", disse Li Wenjing, analista do Industrial Futures, em Xangai.

O preço de referência do minério de ferro, com entrega imediata no porto de Tianjin caiu 0,3 por cento nesta segunda-feira, para 60,50 dólares por tonelada.

Lei defasada onera a mineração

01/07/2015 - Fonte: R7

Depois de enfrentar queda em mais da metade das exportações no primeiro quadrimestre do ano, na comparação com o mesmo período de 2014, o setor de mineração terá que lidar também com entraves ambientais.

Para entidades representativas do segmento, a falta de revisão das medidas compensatórias exigidas por lei está levando empresas a pagarem valores até seis vezes maiores do que o equivalente às áreas atingidas nos empreendimentos.

A incoerência, segundo especialistas, está na falta de diálogo entre empresas e governo, uma vez que as legislações específicas do Estado e da União trazem entendimentos diferentes sobre o tema.

A maior preocupação é de que esse custo comprometa financeiramente as empresas do setor em Minas.

O advogado de meio ambiente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), Thiago Rodrigues Cavalcanti, destacou em palestra no Congresso Mineiro sobre Exploração Minerária a falta de consenso entre os membros do Conselho de Política Ambiental do Estado (Copam).

Segundo ele, não há leis referentes à compensação por intervenção em Áreas de Preservação Permanente (APP), mas apenas uma resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) que é contrária ao texto normativo da Lei 12.651/2012, que estabelece normas gerais à proteção da vegetação no país.

"Talvez seja a hora de o Judiciário começar a se manifestar sobre o tema. Isso causa prejuízos ao setor. Se é necessário pagar muito além do que você compensa, há aumento nos custos dos projetos. A Fiemg tem tentado propor mudanças na legislação, mas somos voto vencido nas reuniões do Conselho de Política Ambiental do Estado".

Expansão

As apostas de recuperação do setor estão no estímulo à pesquisa mineral. Essa é a avaliação do diretor de Fiscalização Minerária do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), Walter Lins Arcoverde. Para ele, a descoberta de novas jazidas pode incentivar a retomada da produção sem a dependência exclusiva do consumo de grandes mercados como a China.

“Precisamos criar mecanismos de melhoria para o ambiente de negócios em pesquisa mineral, abrir a participação para o mercado de capitais, definindo claramente que é uma atividade de risco. Além disso, precisamos concluir o Marco Regulatório ainda em 2015 para tornarmos clara a visão de futuro jurídico do setor”, diz.

A emissão de alvarás de pesquisa no setor caiu cerca de 10% em 2014 na comparação com 2013. Ainda assim, os investimentos no segmento continuam sendo importantes.

Dados da Associação Brasileira de Tecnologia para Equipamentos e Manutenção (Sobratema) apontam que três dos cinco planos de investimentos para Minas estão ligados à indústria minerária e somam cerca de R\$ 18,2 bilhões.

Montadoras de carros têm semestre de cinco meses

01/07/2015 - Fonte: Valor Econômico

Ainda sem dar sinais de reação, o mercado de veículos novos chega ao fim do primeiro semestre de 2015 acumulando queda de 20,6% e o pior volume, entre períodos equivalentes, em oito anos. Tanto junho como a primeira metade de 2015 registram os números mais baixos aos respectivos períodos desde 2007.

A diferença em relação ao que foi comercializado no primeiro semestre do ano passado já está perto de 335 mil veículos, ou o equivalente a um bom mês de vendas perdido. Em outras palavras, é como se o setor tivesse um semestre de apenas cinco meses.

As previsões da Anfavea, entidade das montadoras, apontam a um encolhimento de 20,6% do consumo de veículos em 2015 - portanto, em linha com o mostrado até junho. Porém, não faltam analistas que apostem no aprofundamento da crise, estimando queda do mercado ao redor de 25%.

Nessa previsão, eles levam em conta o fortalecimento da base comparativa na reta final do ano, já que dezembro de 2014, com 354 mil carros licenciados, foi o terceiro melhor mês dessa indústria na história.

A baixa propensão ao gasto por um consumidor mais endividado e pouco confiante na economia e a seletividade bancária nas liberações de crédito, combinada à retirada de estímulos fiscais que vinham sustentando as vendas de veículos, estão entre os motivos por trás da derrocada do setor.

Dados preliminares coletados até sexta-feira mostram que, só neste mês, as vendas estão 18,2% abaixo das realizadas em junho do ano passado, quando o movimento nas lojas já tinha sido fortemente prejudicado pelo início da Copa do Mundo no Brasil.

Após mostrar em maio o pior giro do ano, o ritmo diário de vendas caiu ainda mais em junho. Na média, as concessionárias estão vendendo menos de 10 mil carros a cada dia que abrem as portas, 426 unidades a menos do que no mês passado.

Apesar disso, por ter um dia útil a mais, junho tende a fechar com resultado próximo dos 212,7 mil veículos emplacados em maio, colocando na conta carros de passeio, utilitários leves, caminhões e ônibus.

Desde o início do mês, a crise parou totalmente a produção de metade das fábricas por períodos que vão de uma semana a quase junho inteiro.

Além de as vendas estarem em queda livre, as montadoras reduzem o ritmo na tentativa de adequar o alto número de veículos encalhados nos pátios das fábricas e das concessionárias.

Por isso, os ajustes, tanto na cadência das linhas de montagem como na mão de obra, vão continuar em julho.

Em Catalão, no sul de Goiás, trabalhadores da Mitsubishi ameaçam iniciar amanhã uma greve por tempo indeterminado caso a companhia não desista de demitir mais de 400 funcionários.

Contudo, independentemente da realização ou não da greve, a produção na fábrica vai parar a partir de segunda-feira por conta de férias coletivas de dez dias.

Pelo mesmo motivo, linhas da Fiat, da Hyundai, da Nissan, da Honda e da Scania param nas duas primeiras semanas do mês que vem, com retorno no dia 13.

Segundo o sindicato dos metalúrgicos de Catalão, a Mitsubishi anunciou na sexta-feira o plano de demitir 403 operários, ou cerca de 15% de seu efetivo na cidade.

Só ontem, 40 funcionários foram demitidos, de acordo com o presidente da entidade, Carlos Albino.

Em resposta, a Mitsubishi diz que está "fazendo o máximo possível" para preservar o "maior número de postos de trabalho". Informa ainda que está negociando com o sindicato e que não acredita na concretização da greve.

Na tentativa de reduzir o excesso de mão de obra, a empresa abriu programa de demissões voluntárias (PDV) na semana passada, mas apenas 29 trabalhadores aderiram.

Inadimplência das empresas sobe 10,4% em maio, diz Serasa

01/07/2015 - Fonte: Exame

A inadimplência entre empresas do país subiu 10,4 por cento em maio ante igual mês do ano passado, refletindo a diminuição da atividade econômica no segundo trimestre e a contínua alta das taxas de juros, informou a Serasa Experian nesta segunda-feira.

No acumulado do ano até maio, os dados apontam avanço de 11,7 por cento na inadimplência ante o mesmo período do ano passado, enquanto na comparação de maio ante abril, o índice registrou alta de 3,7 por cento.

No detalhamento do índice, os títulos protestados dispararam 13,8 por cento em maio ante abril, enquanto os cheques sem fundo subiram 3,3 por cento.

As dívidas bancárias avançaram 0,9 por cento, enquanto as dívidas não bancárias - cartões de crédito, financeiras e prestadoras de serviços como telefonia, energia elétrica e água - recuaram 0,7 por cento no mês.

Pessimismo contamina e já piora previsões para 2016

01/07/2015 - Fonte: Valor Econômico

Sem sinais de recuperação, a economia pode amargar até quatro trimestres consecutivos de queda do Produto Interno Bruto (PIB) em 2015, na comparação trimestral, avaliam economistas, tornando a crise atual mais longa do que a de 2009.

O crescente pessimismo com a atividade econômica está contaminando também as expectativas para 2016. O boletim Focus, do Banco Central, que reúne as projeções de mais de 100 instituições, aponta avanço de 0,5% do PIB no ano que vem, 0,2 ponto percentual a menos do que na semana passada. Alguns analistas, porém, já preveem desempenho negativo no próximo ano.

Para economistas ouvidos pelo Valor, a necessidade de aumentar o esforço fiscal no próximo ano, a manutenção da confiança de empresários e consumidores em patamar deprimido e a piora do mercado de trabalho comprometeram a recuperação esperada para 2016, cenário agravado pelo ciclo mais longo de aperto monetário.

"Não necessariamente estamos no fundo do poço", diz Rodrigo Alves de Melo, economista-chefe da Icatu Vanguarda, já que o terceiro trimestre ainda pode ser de queda do PIB. "O ajuste está começando, não está no fim. Ainda teremos alguns trimestres com queda da demanda interna em ritmo mais rápido do que a do PIB total".

Segundo Melo, a piora da economia acontece em ritmo superior ao esperado por alguns fatores, entre eles os ajustes fiscal e monetário, mas o ruído gerado pela dificuldade de aprovação das medidas no Congresso aumenta a incerteza, "um veneno para quem quer investir."

Esse entrave torna mais lento o processo de retomada da confiança, o que diminui as perspectivas para 2016. A necessidade de reduzir os estoques acumulados nos últimos meses também tende a postergar a recuperação.

"Sem demanda, a saída é reduzir a produção, e isso não leva dois ou três meses, é um processo que pode adentrar 2016", afirma Melo, que prevê queda de 2% do PIB neste ano e alta de 0,4% no ano que vem.

A MCM Consultores reviu seu cenário para 2016 há três semanas, quando diminuiu sua estimativa de crescimento de 1,5% para 0,5%. O economista Leandro Padulla destaca que a herança estatística deixada por 2015 será fortemente negativa, o que já impede expectativas de reação expressiva da atividade no ano seguinte.

Em seus cálculos, o "carry over" para 2016 é negativo em 0,6 ponto percentual, o que significa que, se a economia não crescer no próximo ano, terá encerrado o período com retração de 0,6% sobre o ano anterior.

Além desse fator estatístico e da queda adicional dos índices de confiança, comenta Padulla, o desaquecimento do mercado de trabalho, que deve continuar em 2016, também dificulta um crescimento mais expressivo. Nas projeções da MCM, a taxa de desemprego nas seis principais regiões metropolitanas vai aumentar mais de um ponto entre 2015 e 2016, de 6,5% para 7,6%.

Sílvia Matos, coordenadora técnica do Boletim Macro do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre-FGV), também trabalha com expansão de 0,5% para o PIB no ano que vem, mas diz que esse desempenho não pode ser chamado de recuperação, tendo em vista a fraca base de comparação de 2015 - quando a economia

deve encolher 1,8%. "Os números de 2016 ainda são muito ruins e existem riscos que precisam ser amenizados", com destaque para a avaliação das agências de classificação de risco sobre a nota de crédito brasileira.

Para José Marcio Camargo, economista-chefe da Opus Investimentos, mesmo que a atividade volte a crescer no último trimestre deste ano, o cenário para 2016 não é animador.

Camargo, que também é professor da PUC-Rio, reduziu sua projeção para o PIB deste ano, de -1,5% para recuo próximo de 2%. Para 2016, ele começou o ano com estabilidade da economia, mas agora projeta queda de 0,5%.

"O governo só vai fazer parte do ajuste fiscal neste ano, então ainda vai ter contração significativa nessa área em 2016". A segunda influência negativa para a atividade no próximo ano, afirma, é a necessidade de ajustar o déficit em conta corrente diante da alta de juros nos Estados Unidos, o que vai resultar em câmbio mais desvalorizado.

Isso significa que o Banco Central deve lançar mão de uma política monetária mais dura para combater esses eventos, elevando a Selic a 14,5% até setembro, com manutenção desse nível ao longo de todo o ano que vem. Mais pessimista do que a média do mercado, Camargo projeta IPCA em 6,3% no período.

Um pouco mais otimista, Eduardo Velho, economista-chefe da INVX Global Partners, avalia que a recuperação foi adiada para 2016, mas estima que a retomada será muito gradual.

Para ele, a recessão atual pode se estender por um período mais prolongado do que observado durante a crise de 2008.

Considerando dados da Fundação Getúlio Vargas (FGV) para datação dos ciclos econômicos, do pico ao vale, a economia ficou seis meses em processo de desaceleração entre o fim de 2008 e início de 2009, quando a reação foi bastante rápida.

Agora, diz Velho, o ciclo de piora da atividade deve ser mais extenso, de dez meses, e a retomada será muito gradual, com crescimento inferior a 1,5% até 2017.

Já Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados, vê possibilidade elevada de que o baixo dinamismo da economia permaneça até 2018, não somente devido a fatores internos.

Até lá, é bastante provável que os EUA, a Europa ou a China iniciem um ciclo mais fraco de crescimento, eventualmente entrando em recessão.

"É impossível prever isso, claro, mas os riscos ficam ainda mais próximos quanto mais tempo sem recessão se encontra a economia americana", diz.

Do lado doméstico, afirma Vale, o quadro de instabilidade política tende a continuar, devido ao enfraquecimento do governo, o que atrapalha o crescimento e pode levar as agências de classificação de risco a reavaliarem o rating brasileiro.

Passados 2016 - ano para o qual Vale espera recuo de 0,1% do PIB, estimativa que deve ser revista para baixo - e 2017, 2018 poderá ser um ano de alta incerteza eleitoral, o que também é negativo para a atividade.

Indústria cobra investimento de US\$ 23 bi da Petrobras

01/07/2015 - Fonte: Portos e Navios

Dos US\$ 130,3 bilhões que a Petrobras vai investir nos próximos cinco anos, a indústria nacional de máquinas e equipamentos espera ficar com US\$ 23 bilhões, ou US\$ 4,6 bilhões ao ano, disse o diretor da Associação Brasileira das Indústrias de Máquinas e Equipamentos (Abimaq) para o setor de petróleo e gás natural, Alberto Machado.

O valor supera o total que os fabricantes desse segmento têm alcançado nos últimos anos, de US\$ 1,6 bilhão, o equivalente a R\$ 5 bilhões, considerando o real a US\$ 3,10, câmbio utilizado como premissa pela Petrobras.

"Apesar do orçamento da empresa ter diminuído, é possível ampliar as vendas dependendo da política industrial e do cumprimento da regra de conteúdo local", destacou Machado.

A defesa da Abimaq não é exatamente pela ampliação do orçamento da Petrobras, mas pelo crescimento do volume de produtos adquiridos no mercado interno, independentemente do valor a ser investido.

Hoje, segundo a associação, o segmento não está sendo tão favorecido porque os investimentos em grandes projetos feitos pela estatal ainda se concentram na fase de exploração, que contrata mais serviços do que bens.

Mas, o plano de negócios da petroleira, divulgado nesta segunda-feira, 29, demonstra que esse cenário vai mudar.

A intenção é concentrar 86% do orçamento na área de exploração e produção, US\$ 108,6 bilhões até 2019 no desenvolvimento da produção, o que demandará mais produtos do que serviços e, por isso, deve favorecer a indústria local.

O diretor da Abimaq afirma que há capacidade ociosa entre os produtores de máquinas e equipamentos instalados no País.

"A indústria local está pronta para atender à demanda da Petrobras", afirma. Machado nega que o segmento tenha contribuído para que a estatal revisse a sua meta de produção de petróleo.

"As metas de produção de óleo, LGN (líquido de gás natural) e gás natural no Brasil foram atualizadas, refletindo postergação de projetos de menor maturidade ou atraso na entrega das unidades de produção, principalmente em função de limitações de fornecedores no Brasil", traz o plano de negócios da Petrobras.

Mas, segundo Machado, os atrasos ocorreram nos estaleiros e consórcios responsáveis pela construção e montagem dos navios.

"Os fabricantes de máquinas e equipamentos venderam muito pouco à Petrobras nos últimos anos. O atraso não pode ser atribuído a eles", afirmou o diretor da Abimaq.

Indústria vira semestre sem perspectivas de recuperação, sinaliza FGV

01/07/2015 - Fonte: O Globo



A indústria de transformação deve encerrar o segundo trimestre do ano com queda na produção superior a 2% em relação ao primeiro, completando oito trimestres seguidos de retração.

E, para piorar, entrará no o segundo semestre com os estoques elevados, os mais altos desde fevereiro de 2009. A sinalização pouco animadora ao setor vem da Sondagem Conjuntural da Indústria de Transformação do mês de junho, divulgada nesta terça-feira pela Fundação Getúlio Vargas (FGV/IBRE).

O estudo mostra ainda que, as perdas que desde meados do ano passado afetavam mais duramente os setores industriais de bens duráveis, como os fabricantes de veículos e de eletrodomésticos, já contamina também os não-duráveis, como alimentos e produtos farmacêuticos.

Para 49% das 1.134 indústrias consultadas na sondagem, a situação atual — que combina demanda fraca, acúmulo de estoques, queda nas margens de lucro e dificuldade de acesso ao crédito — não deve melhorar no curto prazo, enquanto que 37% falaram em situação ainda pior.

— Os resultados da sondagem em maio e junho indicam que o setor terá queda na produção neste segundo trimestre, e vai virar o semestre estocado e com a necessidade de calibrar ainda mais para baixo a produção. Portanto, não será no terceiro trimestre que a indústria vai voltar a crescer — avalia o economista Aloisio Campelo, responsável pela sondagem, acrescentando:

— Isso é muito ruim para a economia, porque é com base nessas perspectivas que as empresas tomam decisões de investimento e de contratação de pessoal. Assim, temos uma "retroalimentação" da situação atual.

DEMANDA DOMÉSTICA FRACA

Na análise da situação atual, 47,2 % das empresas disseram que a demanda doméstica está fraca, levando este indicador a pior patamar desde 1992. Ao mesmo tempo, o índice de avaliação da demanda externa está no menor patamar desde a crise de 2009.

— Isso revela uma demora maior que a previamente prevista pelas empresas de aproveitamento do câmbio mais valorizado, que foi atrapalhado por fatores como a desvalorização de moedas locais também em outros países, e a inflação elevada aqui, que aumenta custos e 'come' um pouco da competitividade das empresas nacionais — observa Campelo.

O esfriamento da atividade econômica e o aumento do desemprego, que compromete a renda, já se faz sentir também na confiança do setor de bens não-duráveis, que no mês passado atingiu seu menor nível em termos relativos.

O índice que mede as perspectivas de contratação/demissão de pessoal na indústria no próximo trimestre atingiu o menor nível desde 2005, com 30,9% das empresas prevendo demissões.

— A queda no indicador de confiança desse setor reflete o aprofundamento da desaceleração da economia, e tem relação com a piora do mercado de trabalho. Com renda menor, as pessoas estão tendo de segurar o consumo — diz Campelo.

Vendas de carros caem 6,5% em junho

01/07/2015 - Fonte: O Globo

As vendas de automóveis e veículos comerciais leves continuam em queda. Até esta segunda-feira, 29 de junho, segundo dados do Renavan, foram licenciadas 191.910 unidades, declínio de 6,5% no comparativo com igual período do ano passado, quando foram vendidos 205.264 veículos. Ao todo foram 20 dias de vendas, o que dá uma média diária de 9.595,5 unidades. Nos bons tempos da indústria, por dia eram comercializados cerca de 12 mil carros.

A Fiat continua na liderança com 34.693 unidades, o que lhe rendeu uma participação de 18,1%. Já a Volkswagen, mesmo caindo 6% no volume comercializado em relação ao mesmo período do ano passado, vendeu 28.474 automóveis e comerciais leves. Até 29 de junho, com 14,8% de market share, a VW superou a General Motors e é a segunda no ranking de vendas.

A GM vendeu 25.990 unidades, queda de 15,2% no comparativo com a mesma base de 2014. A sua participação ficou em 13,5%. A Ford vendeu 18.789 veículos e está em quarto no ranking, com 9,8%.

O destaque negativo vai para a Renault que vendeu 14.006 e agora detém 7,3% de market share e está em sétimo lugar, atrás da Hyundai, em quinto, com 17.120 e 8,9% de participação e a Toyota, em sexto lugar, com 14.305 unidades vendidas e 7,5%.

Câmara aprova urgência para projeto que altera regra de correção do FGTS

01/07/2015 - Fonte: O Globo



Por 313 votos sim e 132 votos não, a Câmara aprovou na noite desta terça-feira a tramitação em regime de urgência do projeto de lei que tem por objetivo mudar o índice de correção dos depósitos do FGTS. A correção do FGTS foi defendida publicamente, nas comemorações de Primeiro de Maio, pelo presidente da Câmara, Eduardo Cunha.

O líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE) encaminhou contra a votação, mas apenas parte da base aliada seguiu a orientação. Guimarães minimizou a derrota.

Teremos tempo para discutir essa questão, foi aprovada apenas a tramitação em regime de urgência. Somos contra porque qualquer mexida nesse momento é sinal trocado.

Aprovamos as medidas do ajuste fiscal, é preciso garantir primeiro a estabilização da economia, o equilíbrio, para depois discutir esse tipo de medida — afirmou Guimarães.

Entre os partidos da base aliada, apenas o PT, o PCdoB, o bloco do PRB e o PDT votaram contra a urgência. Todos os demais partidos, da base a começar pelo PMDB, e da oposição foram favoráveis.

CORREÇÃO DA POUPANÇA

Pelo projeto, a partir de janeiro de 2016 os depósitos dos trabalhadores feitos na conta do FGTS terão a mesma correção da poupança. Para Cunha, isso poderá dobrar a remuneração em relação ao que é pago atualmente.

Cunha fez questão de acompanhar os deputados que foram protocolar o projeto na Casa, para mostrar seu apoio. O presidente tem afirmado que não há porque o governo se incomodar com o projeto, pois trata-se de dinheiro do trabalhador. Ele disse que não conversou com o governo ou a equipe econômica sobre a proposta.

Em primeiro lugar, é dinheiro do trabalhador. O governo gere, através do Conselho curador do FGTS e da Caixa Econômica Federal. Então, você não está se tirando nenhum recurso da União.

Hoje a União tem programas de financiamentos superior até a taxa da poupança, conseqüentemente há um ganho que acaba não beneficiando os trabalhadores — disse Cunha em maio, quando a proposta foi apresentada na Câmara.

O presidente da Câmara sustenta que existem ações cobrando a correção do FGTS e destaca que a proposta não altera a correção dos depósitos já existentes e feitos até agora.

Quando o projeto foi apresentado, Cunha explicou que a correção será diferenciada: uma para o saldo atual, até dezembro deste ano, e outro a partir de 2016. Segundo ele, os trabalhadores terão duas contas segregadas, com correções diferenciadas.

O projeto tem como autores os líderes do PMDB, Leonardo Picciani (RJ), do DEM, Mendonça Filho (PE) e o deputado Paulo Pereira da Silva (SD-SP), conhecido como Paulinho da Força Sindical.

Alcoa vai fechar fábrica de alumínio em Poços de Caldas

01/07/2015 - Fonte: Down Jones Newswire



A Alcoa anunciou hoje que vai fechar sua fábrica de alumínio primário em Poços de Caldas (MG), um ano depois de reduzir a produção local devido às condições de mercado.

O fechamento, que será imediato, "remove permanentemente uma unidade de fundição de alto custo do sistema da Alcoa", afirmou o presidente global para produtos primários da empresa, Bob Wilt.

A desativação da fábrica mineira vai reduzir a capacidade global de fundição da Alcoa em 96 mil toneladas métricas, a 3,4 milhões de toneladas.

A Alcoa informou que vai registrar uma despesa resultante de US\$ 100 milhões a US\$ 110 milhões, ou de US\$ 0,08 a US\$ 0,09 por ação, no trimestre atual.

Em maio do ano passado, a empresa já havia reduzido a produção em Poços de Caldas. Segundo a Alcoa, as condições que levaram ao corte não melhoraram desde então.

Às 10h50 (de Brasília), as ações da Alcoa caíram 0,44% em Nova York.

Alta da tarifa da Eletropaulo chega a 75%

01/07/2015 - Fonte: Folha de S. Paulo

Os clientes da Eletropaulo pagarão mais pela energia a partir de sábado (4). Para residências, o preço sobe 17,04%. Para a indústria, 11,73%. A medida é a quarta do ano a elevar os preços para 6,7 milhões de unidades consumidoras distribuídas em 24 municípios da região metropolitana de São Paulo, incluindo a capital.

Além do reajuste autorizado nesta terça (30), outros já tinham ocorrido neste ano.

Na lista estão: uma disputa judicial por investimentos feitos, mas não reconhecidos pela Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), que resultaram em decisão liminar determinando aumento médio de 3,53%; a revisão extraordinária das tarifas, aprovada para fechar as contas do setor elétrico neste ano; e a aplicação das bandeiras tarifárias, que começou neste ano em praticamente todo país.

Sem levar em conta a aplicação das bandeiras –que pode variar mensalmente–, o aumento das tarifas para residências atendidas pela Eletropaulo ultrapassa os 50% em 12 meses.

Segundo a distribuidora, considerando os aumentos, encargos, impostos e o efeito da bandeira tarifária –vermelha–, o reajuste é de 74,71%, em média, para residências. Apesar de poder mudar mensalmente e custar menos, a bandeira tarifária está na cor vermelha desde janeiro e não há previsão para alteração.

A crise do setor, a falta de chuvas, o baixo nível dos reservatórios e o intenso uso de térmicas faz com que a cobrança permaneça no teto, a R\$ 5,50 por 100 kilowatt-hora (kWh) consumidos.

Para que haja pequena redução no preço, será necessária mudança na cor da bandeira, que está atrelada a outros fatores como a estabilização dos preços no setor e melhora nas previsões de chuva.

"O reflexo da crise é sempre o aumento de preço, e quem paga a conta é sempre o consumidor", afirmou o diretor da consultoria Thyamos Energia, Ricardo Savoia.

"O consumidor residencial muda hábitos e reduz o consumo quando há alta. Já a indústria passa a enfrentar um problema delicado de competitividade", disse.

De acordo com o diretor da Aneel José Jurhosa, relator do processo na agência, a elevação aprovada pode ser justificada principalmente pelo aumento de gastos no último ano com a compra de energia, o maior valor firmado para fechar contratos de fornecimento elétrico e o pagamento do empréstimo para o setor que foi tomado em 2014.

A revisão da Eletropaulo foi aprovada pela diretoria da Aneel nesta terça-feira (30).

Diferentemente do reajuste tarifário –feito anualmente e que corrige a inflação, valor de encargos, custos com operação, manutenção e gastos com compra de energia–, a revisão tarifária é feita de quatro em quatro anos.

O processo substitui o reajuste anual (só no ano em questão) e corrige as tarifas de forma mais ampla, considerando o equilíbrio financeiro da empresa, a correção dos investimentos feitos no período.

Por 5 votos, redução da idade penal para crimes graves é rejeitada na Câmara

01/07/2015 - Fonte: Folha de S. Paulo

Após uma ampla força-tarefa conduzida pelo governo e por parlamentares ligados aos direitos humanos, a Câmara dos Deputados rejeitou na madrugada desta quarta-feira (1º) a proposta de emenda à Constituição que reduz a maioria penal de 18 para 16 anos para crimes graves por apenas cinco votos.

Em uma decisão apertada, 303 deputados votaram favoravelmente à proposta, 184 votaram contra e 3 se abstiveram. Apesar da maioria de votos a favor, as regras da Câmara determinam que uma PEC, por fazer mudanças na Constituição, precisa de um mínimo de 308 votos favoráveis para ser aprovada.

Mesmo com a rejeição do projeto, a Casa ainda poderá votar em plenário a proposta original da PEC –que reduz a maioria penal não só para crimes graves, mas para qualquer tipo de crime. Segundo o presidente da Casa, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), isso deve acontecer apenas na semana que vem ou pode ficar para o segundo semestre.

O projeto rejeitado nesta quarta foi patrocinado pelo presidente da Casa, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), que deu celeridade a sua tramitação.

Ele havia sido resultado de uma negociação com deputados tucanos. O texto que serviu de base do acordo foi feito pelo senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP).

O texto analisado visava alterar a Constituição para reduzir a maioria penal de 18 para 16 anos para crimes hediondos (como estupro e latrocínio) ou equiparados (como tráfico de drogas), homicídio doloso (quando há intenção de matar), roubo qualificado (quando há uso de arma de fogo, por exemplo) e lesão corporal grave ou seguida de morte.

Antes da votação, Cunha disse, no entanto, que não se preocupava com o resultado da votação. "O fato de eu ter opinião e ela não ser necessariamente a que a maioria, no momento, possa ter, eu não me sinto derrotado. Eu quero discutir, debater, votar. Isso que faz a essência do Parlamento", disse.

"Fico feliz que conseguimos levar à votação, apesar de todos os contratemplos. Foi uma sessão histórica, importante. O fato de não ter passado, apesar de o governo ter trabalhado contra e ter tido todo tipo de movimentação, foram 303 votos, o que é muito representativo. Que mostra que o tema é polêmico", disse ao final da sessão.

'BOMBA'

Cunha contou com apoio das bancadas evangélicas e da bala e de parte da oposição (como PSDB e DEM).

PT, PSB, PDT, PC do B, Pros, PPS, PV e Psol encaminharam suas bancadas para votar contra a proposta.

O governo Dilma Rousseff (PT) atuou para convencer a base aliada pela rejeição da proposta. Durante a manhã, os líderes da base se reuniram no Ministério da Justiça com José Eduardo Cardozo, titular da pasta, e com Pepe Vargas (Direitos Humanos).

Cardozo afirmou que a aprovação seria uma "bomba atômica" no sistema prisional e poderia levar a alterações de outras leis, como a da permissão para dirigir.

O governo vinha nos últimos meses reforçando a divulgação de estatísticas sobre a criminalidade juvenil na tentativa de influenciar a opinião pública contra a redução da maioridade.

E passou a defender mudanças só no ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), para aumentar a punição para menores que praticam crime violento e para adultos que aliciam ou cooptam jovens.

Para o líder do governo na Casa, José Guimarães (PT-CE), o resultado da votação mostrou que é preciso focar na reforma do ECA. De acordo com ele, o governo irá trabalhar para instalar uma comissão especial na Casa para debater a ideia.

"Não há derrotados e nem vencidos. O que há é uma manifestação explícita de querermos reformar o ECA e não de constitucionalizar a questão da redução. Prevaleceu o bom senso", disse.

O petista afirmou que o governo pretende dialogar com a sociedade para sinalizar que haverá mudanças para punir com mais rigor quem "comete delitos contra a vida".

Para garantir que a discussão sobre a proposta não se estendesse madrugada adentro, foi acordado que 10 deputados falassem contra a redução e 10 falassem a favor. Ainda assim, a discussão e a votação da matéria demoraram mais de quatro horas.

Deputados da bancada da bala e outros que defendiam a redução da maioridade, chegaram a subir na área da mesa da presidência da Câmara para acompanhar o fim da votação.

Após o resultado, manifestantes contrários à redução comemoraram na galeria do plenário com gritos de "não, não, não à redução" e "Cunha ditador".

DEBATE

Os deputados contrários à redução defenderam, principalmente, que a alteração na Constituição iria criminalizar ainda mais a população jovem negra e pobre do país. "Nós somos legisladores, não vingadores.

É uma medida ineficaz e atinge a população pobre, negra e excluída", afirmou o deputado Ivan Valente (Psol-SP).

"Essa proposta poderá colocar os mais jovens no caminho dos crimes, das drogas e da pedofilia", criticou o líder do PT, Sibá Machado (AC).

"Hoje no país se uma pessoa tem uma porção de maconha na mão, quem vai dizer se ele é traficante ou não é o policial. Se ele for negro, ele vai ser enquadrado como traficante. Se for de branco e de classe média, como usuário", defendeu o deputado Paulo Teixeira (PT-SP).

Já os que queriam a redução da maioridade penal, justificaram sua posição ao alegar que atualmente grande parte dos crimes no país é cometido por menores de 18 anos, que muitas vezes são usados por adultos.

"Quem sequestra, tortura e mata, não é criança, é criminoso", afirmou Marcos Rogério (PDT-RO).

"O ECA [Estatuto da Criança e do Adolescente] é fraco, não pune, tanto é que, após atingir a maioridade penal, esse marginal sai com ficha limpa independentemente dos crimes bárbaros que tenha praticado", afirmou o deputado Capitão Augusto (PR-SP).

O texto analisado tinha o objetivo de alterar a Constituição para reduzir a maioridade penal de 18 para 16 anos para os seguintes crimes: hediondos (como estupro, latrocínio, falsificação de medicamentos e prostituição de crianças e adolescentes) ou equiparados (tráfico de drogas, tortura e terrorismo), homicídio doloso (quando há intenção de matar), roubo qualificado (quando há uso de arma de fogo ou quando é praticado por duas ou mais pessoas, entre outros pontos), lesão corporal grave e lesão corporal seguida de morte.

O projeto que serviu de base para o acordo foi feito pelo senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP).

TUMULTO E SENHAS

A sessão, que durou cerca de quatro horas, foi antecedida por tumulto e gritos de ordem entre manifestantes contrários e a favor da redução da maioridade.

Segundo estudantes, a polícia usou gás de pimenta. Favoráveis à redução gritavam "bandido é na prisão", enquanto os contrários rebatiam: "Não à redução, queremos mais saúde e educação".

O presidente da Casa, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), determinou a distribuição de senhas para os partidos de acordo com o tamanho de cada um para o acompanhamento da votação na galeria do plenário.

Um grupo de 60 estudantes vinculados à UNE (União Nacional dos Estudantes) foi impedido de acompanhar a votação. Eles obtiveram um habeas corpus do Supremo Tribunal Federal, assinado pela ministra Carmem Lúcia, autorizando seu ingresso na galeria.

No entanto, Cunha afirmou que a decisão da Corte definia apenas que ele mantivesse a ordem na Casa.

"A [decisão] que eu recebi, podem ter outras que eu não tenha recebido, tem que ser de garantia da ordem. E eu estou garantindo", disse.

Estudantes protestaram. "Nos disseram que foram distribuídas 200 senhas para os partidos mas são 300 lugares. Nossa senha é essa", disse o estudante Mateus Weber, 20, da UNE, enquanto mostrava o habeas corpus.

Durante a confusão, o deputado Heráclito Fortes (PSB-PI) foi empurrado e caiu quando tentava chegar ao plenário da Casa.

"Os manifestantes estavam dizendo que eu não ia poder entrar e me empurraram. Eu nem sei de que lado eles estavam. Isso é um desrespeito à liberdade e à democracia", afirmou.

REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL

Entenda a Proposta de Emenda à Constituição em discussão na Câmara

Maioridade cai de 18 para 16 anos nos seguintes casos:

Crime hediondo	Homicídio doloso (com intenção de matar)
Pena > Estupro 20 a 30 anos > Latrocínio 6 a 10 anos pode chegar a 30	Pena 6 a 20 anos
Roubo qualificado (com arma de fogo ou quando é praticado por 2 ou mais pessoas)	Lesão corporal grave
Pena 4 a 10 anos pode chegar a 15	Pena 7 a 15 anos pode chegar a 30

ARGUMENTOS CONTRA A REDUÇÃO

Artigo 228 que define a maioridade aos 18 anos é cláusula pétrea, isto é, não pode ser mudado



Constituição

Jovens entre 16 e 18 anos ainda não têm formação cerebral completa para distinguir claramente o que devem ou não fazer



Discernimento

Jovens seriam alvo de facções criminosas se presos com adultos. Prisões já estão lotadas



Sistema prisional

Para a ONU, redução é uma afronta à Convenção sobre os Direitos da Criança, que o Brasil assinou em 1989



Contexto internacional

ARGUMENTOS A FAVOR DA REDUÇÃO

Definição da idade penal é tema de política criminal que não deveria estar na Constituição

É desigual permitir que um jovem vote a partir dos 16 anos, mas impedir que seja punido como adulto

Poderiam ser construídos prisões para os jovens de 16 a 18 anos condenados

Convenção limita-se a vedar penas perpétuas, cruéis, desumanas, degradantes e de morte para crianças

Volkswagen coloca mais 2,3 mil funcionários em lay-off no ABC

01/07/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

A Volkswagen do Brasil vai colocar mais 2.357 trabalhadores em lay-off (suspensão dos contratos de trabalho) a partir de segunda-feira na fábrica de São Bernardo do Campo (SP). Eles ficarão em casa por cinco meses.

Um terço da queda do PIB virá das montadoras

O desempenho negativo arrasta os demais setores da cadeia. Os empregos são os mais afetados. Outro grupo de 220 funcionários dessa unidade já participa do programa desde 1.º de junho.

Nesta quinta e sexta-feira a empresa vai dispensar novamente todos os 8 mil trabalhadores da produção – de um total de 12 mil na fábrica – para ajuste da produção à demanda, segundo informa o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC.

Essa medida, chamada de “shut down”, vem sendo adotada ao longo do ano.

Na terça-feira (30), a linha de montagem dos modelos Gol e Saveiro já ficou parada o dia todo por problemas de abastecimento de bancos fornecidos pela fabricante Keiper.

A Volkswagen confirmou que não houve produção ontem por falta de peças, mas não comentou sobre o lay-off nem sobre a parada de quinta e sexta-feira.

PMIs de indústria e serviços da China alimentam esperanças de equilíbrio da economia

01/07/2015 - Fonte: Reuters

A atividade do setor industrial da China cresceu levemente em junho embora não tanto quanto o esperado, enquanto o crescimento no setor de serviços acelerou, mostraram pesquisas oficiais, oferecendo alguns sinais de que a economia do país pode estar lentamente se equilibrando após uma série de medidas.

O Índice de Gerentes de Compras (PMI, na sigla em inglês) oficial permaneceu em 50,2 em junho, inalterado ante a leitura do mês anterior, informou a Agência Nacional de Estatísticas. Analistas consultados pela Reuters esperavam 50,3.

O subíndice de novas encomendas --medida para a demanda interna e externa- caiu a 50,1 em junho ante 50,6 em maio. As encomendas de novas exportações foram a 48,2 ante 48,9 em maio, indicando contração na demanda externa pelo nono mês seguido.

O PMI do HSBC/Markit, também divulgado nesta quarta-feira, mostrou que a atividade contraiu pelo quarto mês seguido em junho, mas a um ritmo mais lento que em maio, ao chegar a 49,4 ante 49,6 em junho. A pesquisa oficial foca em empresas estatais maiores, enquanto a privada se volta para as pequenas e médias.

Por sua vez, o PMI oficial de serviços avançou para 53,8 ante 53,2 em maio, sugerindo que o crescimento no setor acelerou ligeiramente em junho, compensando parte do peso sobre a economia proveniente das indústrias.

eSocial passará a ser obrigatório para alguns empregadores

01/07/2015 - Fonte: Exame

O uso do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas, o eSocial, por empregadores começará a ser obrigatório somente a partir de setembro de 2016. Mas esse prazo vale apenas para empregadores que registraram em 2014 faturamento superior a R\$ 78 milhões.

Os demais empregadores só devem cumprir a exigência em 2017. A determinação consta de resolução do Comitê Diretivo do eSocial, formado pelos ministérios da Fazenda, Previdência Social, Trabalho e Emprego e da Micro e Pequena Empresa.

O sistema vai unificar o envio de informações pelo empregador ao governo em relação aos seus empregados. Instituído por decreto em dezembro do ano passado, o eSocial padroniza a transmissão, validação, armazenamento e distribuição de dados referentes às obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas dos funcionários.

De acordo com a resolução, os empregadores com faturamento acima de R\$ 78 milhões devem começar a utilizar o novo sistema em setembro de 2016.

Esse cronograma, no entanto, não abrange todas as informações que devem ser prestadas por esses empregadores. A transmissão dos dados sobre ambientes de trabalho, acidente de trabalho, monitoramento da saúde do trabalhador e condições ambientais do trabalho só será obrigatória via eSocial a partir de janeiro de 2017.

Os demais empregadores, não classificados nesse limite de faturamento, só estarão obrigados a usar o eSocial a partir de janeiro de 2017, para informações gerais, e a partir de julho do mesmo ano para os dados sobre ambiente e acidentes de trabalho e saúde do trabalhador.

"Aquele que deixar de prestar as informações no prazo fixado ou que as apresentarem com incorreções ou omissões ficará sujeito às penalidades previstas na legislação", avisa a resolução.

"A prestação das informações ao eSocial substituirá, na forma e nos prazos regulamentados pelos órgãos integrantes do Comitê Gestor do eSocial, a entrega das mesmas informações em outros formulários e declarações a que estão sujeitos os obrigados ao eSocial", acrescenta.

Publicado cronograma de implantação do eSocial

01/07/2015 - Fonte: Portal Contábil

As empresas brasileiras com faturamento superior a R\$ 78 milhões, no ano de 2014, passarão a utilizar o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial), obrigatoriamente, a partir da competência setembro de 2016, para prestar informações relativas aos trabalhadores, como cadastramento, vínculos, contribuições previdenciárias, folha de pagamento e etc.

O cronograma que fixa as datas de obrigatoriedade para utilização do eSocial foi publicado no Diário Oficial da União (DOU), na quinta-feira (25), por meio da Resolução nº 1 do Comitê Diretivo do eSocial:

<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=14&data=25/06/2015>

Assinada pelos secretários-executivos da Fazenda, Tarcísio de Godoy; da Previdência Social, Marcelo Freitas; do Trabalho e Emprego, Francisco Ibiapina; e da Secretaria da Micro e Pequena Empresa, José Constantino, a normativa fixa prazo diferente para a obrigatoriedade de prestar informações relativas ao ambiente de trabalho.

Neste caso, as empresas serão obrigadas a utilizar o eSocial para transmitir informações sobre monitoramento da saúde do trabalhador e condições do ambiente de trabalho, bem como comunicação de acidente de trabalho, somente a partir da competência janeiro de 2017.

A resolução estabelece ainda que a partir da competência janeiro de 2017, os demais empregadores, inclusive microempresas e empresas de pequeno porte, como o empreendedor individual com empregado, o empregador doméstico, o pequeno produtor rural, o contribuinte individual equiparado à empresa e o segurado especial que possua trabalhadores que lhes prestem serviços - deverão enviar as informações sobre os seus empregados por meio do novo sistema.

Já os eventos relativos ao ambiente de trabalho devem ser enviados pelos demais entes utilizando o eSocial a partir da competência julho de 2017.